

**CNE**

**CUT**

# Sjornal do **SINTE**

CORREIOS  
IMPRESSO ESPECIAL  
Nº 68001 159 - DR/SC  
SINTE



I  
M  
P  
R  
E  
S  
S  
O

Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina - Nº 33 - Novembro 2004

## SINTE/SC REALIZA O SEU MAIOR CONGRESSO



home page: [www.sinte-sc.org.br](http://www.sinte-sc.org.br) - e-mail: [sinte-sc@sinte-sc.org.br](mailto:sinte-sc@sinte-sc.org.br)

# Resoluções aprovadas no VIII Congresso Estadual do SINTE/SC

## Conjuntura

- Retirada das tropas militares brasileiras do Haiti, que o povo do Haiti decida soberanamente o seu destino;
- Pela retirada das tropas imperialistas do Iraque e do Afeganistão. Exigimos o respeito a sua soberania e autodeterminação;
- Pela retirada de Israel dos territórios palestinos;
- Pelo fim do bloqueio econômico imposto a Cuba;
- Rompimento definitivo com o FMI;
- Contra qualquer tipo de intervenção imperialista dentro da Venezuela, Cuba ou em quaisquer outros países;
- Solidarizarmo-nos com todos os povos em luta da América Latina e do Caribe, contra governos vende-pátrias que promovem medidas de privatização dos bens públicos e nacionais, retiram direitos históricos dos trabalhadores, permitem a instalação de bases militares norte-americanas em seus territórios e preparam o caminho para a implementação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas);
- Contra a ALCA;
- Em defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia e contra os planos de "internacionalização" do imperialismo norte-americano;
- Construção de um rompimento definitivo com o FMI;
- Texto da conjuntura Nacional aprovado "No Brasil, o Governo Lula, mandatado por 53 milhões de votos, para romper com a política do FMI e do Imperialismo e garantir o atendimento das reivindicações (Reforma Agrária, não ao pagamento da Dívida Externa, manutenção de forma duradoura de todos os empregos com plenos direitos trabalhistas). Precisamos organizar os trabalhadores em defesa de nossos direitos contra qualquer política que retire direitos e não atenda nossas reivindicações";
- Não pagamento da dívida externa, com auditoria popular e conversão para questões educacionais e sócio-ambientais;
- Contra a corrupção;
- Prisão e expropriação dos bens dos corruptos e corruptores;
- Redução do superávit primário;
- Contra as reformas sindical, trabalhista e Universitária;
- Encaminhar para as regionais a discussão das reformas sindical, trabalhista e Universitária, para esclarecimento;
- Defesa das estatais e contra as privatizações;
- Contra as parcerias público-privadas;
- Que o governo continue aumentando os investimentos em pesquisa tecnológica para aprimorar a extração de petróleo no País;
- Defesa e fiscalização das fronteiras;
- Luta pela defesa do nacionalismo e a independência dos países;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Crítica ao atual governo do estado;

## P l a n o d e L u t a s

- Revogação da Reforma da Previdência;
- Lutar pela revogação do anteprojeto do Governo de reforma do Estatuto do Magistério: participar da comissão de negociação proposta pelo governo para elaboração do novo estatuto com as seguintes condições:
  - Rejeição do atual Anteprojeto;
  - Iniciar a discussão a partir do atual estatuto do magistério;
  - Revogar as práticas previstas no anteprojeto do estatuto do magistério, como alteração da carga horária temporária para as vagas excedentes;
  - Discutir o estatuto em conjunto com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
  - Que os representantes da comissão sejam da Executiva do SINTE/SC;
  - Garantir que não haja perda de direitos;
  - Garantia de que o anteprojeto não seja enviado e aprovado na Assembléia Legislativa sem antes ser aprovado na comissão e discutido de forma ampla na base da categoria;
  - Garantir que o anteprojeto não seja enviado em período de Convocação Extraordinária;
- Lutar por um triênio de 6%;
- Concurso e inclusão dos serventes, vigias e merendeiras no estatuto do magistério;
- Contra a implementação da reforma administrativa;
- Campanha de filiação e formação a partir essencialmente das regionais;
- Aumento das ações regionais e de mobilizações estaduais no interior;
- Aulas de 45 min, não aos 48 min;
- Eleições para diretores já, independente de aprovação de lei;
- Lutar pela aprovação do Plano Estadual de Educação, com ato público de aniversário de engavetamento do PEE;
  - Contra a reenturmação e ações para impedir este ato;
  - Defesa de um adicional noturno a partir das 19: horas com mais de 50%, remeter para a discussão do PCCS;
  - Contra a formação de professores a distância;
  - Contra a educação à distância no Ensino Fundamental e médio;
  - Pela inclusão nos currículos escolares da Lei 10639/2003, que trata sobre a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;
  - Incorporação dos abonos com política de reposição salarial, estendido também aos aposentados;
  - Contra novos abonos;
  - Reconhecimento da data-base da categoria em maio, conforme o Fórum dos servidores;
  - Plano de saúde – Lutar por saúde pública e de qualidade para todos os trabalhadores;
  - Estender a cobertura do Plano de Saúde para ACTs e pais;
  - Formação de uma comissão com funcionários de carreira e paritária (Governo/trabalhadores) para administrar o plano de saúde;
  - Manutenção da aposentadoria especial;
  - Defesa de um piso salarial nacional;
  - Paridade entre os trabalhadores em educação ativos e aposentados;
  - Equiparar o vale-alimentação com outras categorias e aposentados;
  - Contra a municipalização do ensino público estadual;
  - Por mais investimentos na educação;
  - Discutir o FUNDEB na categoria e lutar pela revogação da emenda constitucional nº 14;
  - Que o SINTE encaminhe a proposta do aumento de regência de 10% para 15% para os professores das séries iniciais
    - Professores de 1ª a 4ª séries com jornada de 40 horas (cinco aulas de 45 minutos, sendo três de Educação Física e duas de Artes)

## SOBRE A RELAÇÃO CUT-SINTE

- Manutenção do SINTE/SC filiado a CUT;
- Inclusão no artigo 1º do estatuto "filiado a CUT e CNTE";
- Discussão da redução da contribuição a CUT;
- Que a CUT perdoe a dívida do SINTE/SC e dar até o final do ano para que o sindicato se organize financeiramente;

# **POLÍTICA EDUCACIONAL**

# ENCONTRO DE SETORES

## Serventes

- A Executiva deve organizar documento orientando filiação;
- O SINTE deve ser contrário à Taxa Confederativa e/ou Contribuição Anual;
- Fazer Ação Jurídica garantindo o direito de filiação das serventes;
- Lutar por equiparação salarial;
- Lutar pelo Vale-alimentação;
- Desvincular insalubridade do salário;
- O SINTE deve participar de convenção coletiva (discutir perdas salariais);
- Garantia de seis horas de trabalho para todos;
- Manter a discussão do convênio para garantia de emprego;
- Continuar luta pelo concurso público;
- Incentivar a escolarização dos serventes como forma de preparação para o concurso;
- Contra a terceirização;
- Pela formação continuada.

## Aposentados

- Organizar e fortalecer este setor em todas as regionais;
- Após o Congresso as Regionais devem organizar, até o final de novembro, o Encontro de Aposentados;
- Deliberar em fevereiro de 2006, no Conselho Deliberativo, a data e local do Encontro do Setor;
- Fazer carteira de aposentado do SINTE (buscar as vantagens previstas em Lei);

## ACTs

- Formação de uma comissão de ACTs composta por representantes de todas as Regionais (cada representante fará discussão nas escolas e em Assembléias Regionais, aonde serão discutidos os planos de luta e, após, marcar um Encontro Estadual para os ACTs);
- Contratação com dez dias de antecedência para que o professor possa preparar seus documentos e participar das reuniões pedagógicas;
- Vale-Transporte com urgência e sem atraso, caso contrário não iniciar o ano letivo;
- Curso de formação para todos;
- Incentivar a filiação;
- A comissão deve participar da discussão dos critérios do edital de contratação e do processo de classificação e contratação;

## CEIs

- Educação Infantil sob responsabilidade do Estado;
- Concurso público abrindo vagas para o setor;
- Eleições diretas para coordenadores do

- CEIs, com discussão dos critérios;
- Verbas específicas para a Educação Infantil de zero a seis anos;
- Lutar, através de organização e mobilização do setor, contra a municipalização e por demais reivindicações de garantias de melhorias e direitos;
- Profissionais com formação específica para a área;
- Unificação do Piso Salarial, conforme o Pano de Carreira do Magistério Público Estadual;
- Mudança estrutural dos espaços dos CEIs de acordo com as necessidades da Educação Infantil;
- Aulas de Artes e Educação Física para a Educação Infantil;
- Hora-atividade incorporada no Plano de Lutas da categoria;

## Especialistas

- Ação de inconstitucionalidade contra a Portaria de transposição de cargos, que consta na Reforma Administrativa (art. 199);
- Considerar Especialista em função do magistério, inclusive na questão da aposentadoria;
- Intervenção mais ferina do SINTE em relação à Lei que tramita na Assembléia Legislativa sobre o transporte intermunicipal que inclui especialista e assistente técnico pedagógico;
- Correlacionar a elaboração e implementação da proposta pedagógica da unidade escolar a função profissional do Especialista (ver Resolução 405/2004 – CEE);
- Viabilizar a criação do Departamento dos Especialistas nas Regionais;
- Atuação efetiva do Departamento da Executiva.

## Gênero, Raça e GLBT

- Incluir na discussão de Gênero, a discussão sobre GLBT;
- Criação, neste Congresso, da Comissão de Gênero e Raça do SINTE, criado provisoriamente durante o I Encontro de Representantes Regionais;
- Debate sobre Gênero e Raça como formação no Conselho deliberativo, a partir de referências teóricas sobre o tema (racismo, GLBT);
- Incluir em todos os eventos pauta específica sobre os temas;
- Criação, nas Regionais, de fóruns de debates;
- Lista de e-mails específica do setor para circulação de eventos, materiais e informes;
- Ícone na página da Internet do SINTE sobre Gênero e Raça para denúncias, troca de materiais e informações;
- Espaço fixo no Jornal do Sindicato.

## MOÇÕES APORVADAS NO CONGRESSO

### **Moção de Repúdio ao Executivo Municipal de Caçador**

Repudiamos a perseguição de servidores públicos pela atual gestão municipal de Caçador (Prefeito Saulo Esperotto – PSDB), em especial a perseguição realizada contra a professora Luciane Regina Pereira, Ex-coordenadora do SINTE Regional e a professora e coordenadora comunitária Elizete Bleichevel.

O prefeito municipal iniciou a perseguição aos servidores públicos que defenderam a não privatização do sistema de águas (CASAN) no município. Mudou servidores efetivos de função que pertencem a outros partidos políticos, persegue professores que defendem a eleição direta nas escolas municipais.

**Moção de Apoio** a Luiz Flávio Cappio e todos os ambientalistas que defendem a não transposição do Rio São Franciscus, empreitada de 4,5 bilhões de reais em torno da qual existem dúvidas quanto a sua viabilidade e impacto ambiental.

### **Moção de Repúdio** ao Presidente do TJ/SC Desembargador Jorge Mussi

Repudiamos a atitude do Desembargador de Justiça do Estado de Santa Catarina em conceder Medalha de Honra ao mérito ao Sr. José Carlos, empresário do Grupo Imaribo, empresa esta que foi denunciada ao Ministério Público do Trabalho, por trabalho escravo e perseguição a quilombolas da comunidade remanescente de quilombolas Invernada dos Negros e que esteve presente em vários noticiários por suas arbitrariedades e irregularidades trabalhistas averiguadas e confirmadas pelo procurador do trabalho da Região de Joaçaba e pela polícia Federal, tipificando como crime as situações lá encontradas.

### **Moção de apoio a luta das fábricas ocupadas** (Cipla, Interfibra, Flasko e Profiplast)

Os participantes do VIII Congresso Estadual do SINTE/SC aprovam a seguinte moção:

Considerando que em 11/2002 os trabalhadores da CIPLA e INTERFIBRAS, cansados de serem usurpados em seus direitos - há mais de dez anos que os patrões não depositavam FGTS, INSS, inclusive se apropriando da contribuição descontada na folha de pagamento dos trabalhadores, não pagamento das rescisões dos demitidos, atraso no pagamento das férias, 13º e do salário, além de sofrer todo tipo de pressão e ameaça – após oito dias de greve assumem o controle da fábrica;

Considerado que todo o parque fabril encontra-se penhorado por conta de mais de 800 milhões em dívidas, na sua maioria com os Ministérios da Fazenda e da Previdência Social;

Considerando que em 2003 os trabalhadores levaram seu problema ao presidente Lula, que prometeu resolver o problema e garantir de forma duradoura os mais de mil postos de trabalho;

Considerando que até o momento nada de concreto foi feito pelo governo para resolver esta situação. Ao contrário, os empregos estão ameaçados pelo Ministério da Previdência que, mesmo depois de fazer acordo com os trabalhadores de que os leilões seriam suspensos mediante pagamento de 1% do faturamento da fábrica, a Previdência rompeu o acordo e voltou a levar à leilão todo o parque fabril, inclusive bloqueando em conta o faturamento da fábrica, que mal dá para pagar os direitos trabalhista e fornecedores;

Considerando que a continuidade desta situação sepultará mais de mil postos de trabalho, jogando na rua da amargura mais de mil famílias;

O VIII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, realizado nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2005 em Araranguá/SC apela ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva que cumpra sua promessa feita em 2003 aos trabalhadores das fábricas ocupadas e garantir de forma duradoura os mais de 1000 postos de trabalho das empresas Cipla, Interfibra, Flasko e Profiplast, que desde novembro de 2002 encontram-se sobre o controle dos trabalhadores.

# ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO SINTE

**Art. 11 – Acrescentar:** inciso VIII – lutar pela plena igualdade entre os povos e nas relações de gênero e étnico-raciais.

**Art. 15 – Acrescentar parágrafos:**

**§ 1º** - Será considerada infração ao presente estatuto a omissão ou ação contrária de dirigente liberado, no encaminhamento das deliberações de greve;

**Art. 26 - Modificar:** As reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo se realizarão de **03 (tres) em 03 (tres)** meses e convocadas pelo (a) Coordenador (a) do SINTE/SC ou por 2/3 (dois terços) dos membros efetivos da Diretoria Executiva, respeitando o prazo mínimo de 7 (sete) dias entre a convocação e a realização das mesmas **(com validade a partir de 2006)**.

*Excluir o* Parágrafo Único.

**§ 1º** - O Conselho Deliberativo pode reunir-se extraordinariamente, quando da realização de Assembléia Estadual Ordinária ou Extraordinária, obedecido ao prazo, no mínimo, de 48 (quarenta e oito) horas, por convocação:

**a)** do (a) Coordenado (a) Estadual;

**b)** de 2/3 (dois terços) da Diretoria Executiva; ou

**§ 2º** - Na convocação das reuniões constará o local, o horário e a pauta, podendo esta última ser modificada pela maioria dos membros presentes.

**§ 3º** - O quorum para o início dos trabalhos é de 30% (trinta por cento) de presença dos membros, desde que esteja representada a maioria absoluta das sedes regionais e 10% (dez por cento) das Comissões Municipais organizadas.

**Art. 27 - Modificar:** O voto no Conselho Deliberativo é individual e as decisões são tomadas por maioria simples, salvo exceções determinadas pelo próprio Conselho.

**(Mantém todas as demais funções atuais do Conselho Deliberativo, o ajuste técnico jurídico será elaborado pela Executiva, com acompanhamento das representações das teses deste congresso).**

**Art. 42 - Modificar** – A composição da Diretoria Executiva e das Regionais será de acordo com o percentual de votação obtido na eleição.

**§ 1º** - Terá direito à representação na Executiva chapa que obtiver 15% (quinze por cento) dos votos em caso de duas ou 10% (dez por cento) com mais de duas.

**§ 2º** – Caberá a chapa mais votada escolher os dois primeiros cargos, sendo os demais por acordo entre as chapas.

**§ 3º** - As chapas terão de ter, na sua composição, representantes de pelo menos 10 (Dez) Regionais.

Em relação à finanças:

- Aprovação do desconto sobre o 13º salário dos filiados, sendo que os recursos serão destinados unicamente para a luta pela incorporação dos demais abonos e nas mobilizações contra a reforma do estatuto do Magistério.

Em relação à organização das Regionais

- **Este congresso autoriza o Conselho Deliberativo construir uma proposta para rever a estrutura organizativa das regionais e municipais, sendo que a mesma deverá ser referendada por Assembléia Estadual até o final de 2006, com validade para a próxima gestão.**

*Resoluções conflitantes em relação ao conjunto aprovado*

• *Devemos nos ater a conjuntura estadual, onde os trabalhadores em Educação estão sofrendo ataques do governo LHS e organizar a nossa luta;*

• *Aprovação da PEC paralela (regra de transição para professores);*

# PLANO DE SAÚDE

## CONFERÊNCIAS: “TRABALHAR SIM, ADOECER NÃO”

Nós quanto Sindicato participamos das Conferências municipal, regional e estadual de saúde do trabalhador(a) cujo tema central foi: “Trabalhar Sim, Adoecer Não.” Entendemos que é importante identificar os problemas que o trabalhador(a) enfrenta com relação a sua segurança e saúde no ambiente de trabalho.

A saúde do trabalhador(a) insere-se no conceito mais amplo de saúde pública, e seu atendimento é garantido pelos princípios defendidos pelo movimento da Reforma Sanitária, legitimados pela Constituição Federal de 1988.

O desenvolvimento de um tema como a saúde do trabalhador(a), a exemplo de toda grande questão social, exige um entendimento e uma integração dentro das políticas sociais historicamente consolidadas.

A saúde do trabalhador(a) é um tema comum não apenas às três grandes esferas: Saúde, Previdência Social, Trabalho e Emprego, mas interessante, também, há outras cujo objeto de ação constitui fator de influência no desempenho de trabalho e nas condições ambientais. É o caso da educação do meio ambiente e da justiça.

Aprofundar as questões de saúde do trabalhador(a) requer ampla discussão de propostas entre os setores do governo em instâncias de diálogo e controle social envolvidas, pois esta é uma luta histórica e uma conquista da sociedade civil e dos trabalhadores(as) para melhores condições de trabalho.

É preciso garantir a integralidade da ação do Estado para que o trabalhador(a) tenha proteção de sua vida e de sua saúde, sendo esse um Direito Constitucional.

### **OFICINA: ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Quando um trabalhador(a) sofre com situações de humilhação e de constrangimento que se tornam rotina no trabalho, temos caracterizado um caso de assédio moral.

O assédio moral provém na maioria das vezes do superior hierárquico, mas pode também, vir dos colegas. Para que as pessoas trabalhem bem e produzam melhor, elas precisam ter boas condições e ambiente de trabalho saudável, e serem respeitadas como seres humanos. No fundo, o assédio moral visa isolar as pessoas, fazê-las calar-se e torná-las totalmente dóceis, em todos os aspectos profissionais.

Muitas vezes a vítima de assédio moral se silencia e gradativamente se desestabiliza e fragiliza-se, com consequência de perder a sua auto-estima, pois o agressor no ambiente de trabalho tenta restaurar um pacto de silêncio, com chantagens de expor a vítima ao desemprego, ou induzi-la ao fracasso profissional.

Não podemos nos calar diante de monstruosidades cotidianas. Devemos resgatar a dignidade, a identidade, o respeito, e a auto-estima de trabalhadores e trabalhadoras das educação que sofrem com estas práticas abusivas e repressoras. A união e a informação é fundamental no combate a este tipo de violência moral.

É necessário uma maior divulgação de combate a essa ação, os meios de comunicação de massa devem ser engajados nessa iniciativa, pois assim acontecendo muitos trabalhadores e trabalhadoras poderão ser incentivados a buscar ajuda na representação coletiva, nos sindicatos nas delegacias regionais de trabalho, nas organizações trabalhistas e em centros especializados de ajuda .

A prevenção do assédio moral deve ser uma prevenção coletiva, pois esta pode gerar problemas de saúde, e é dever do sindicato alertar quanto a esse problema, pois saúde do trabalhador também faz parte de nossas lutas coletivas.

O QUE ACONTECE COM A SAÚDE DAS VÍTIMAS DE ASSÉDIO MORAL?

- distúrbios digestivos;
- palpitações, pressão alta, tremores;
- estresse, depressão, medo acentuado, perda de auto-estima,
- irritação constante, falta de confiança em si mesmo, cansaço exagerado;
- sentimento de culpa, mudança de personalidade.

**ASSÉDIO MORAL É UM DANO E MORAL,  
POIS ATINGE A DIGNIDADE E A HONRA**

## COMITÊ CATARINENSE CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

### CARTA AO POVO CATARINENSE

Nós, cidadãos e militantes das causas democráticas e populares, formamos o *Comitê Catarinense Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais*, em defesa das liberdades e direitos democráticos duramente conquistados pela luta do povo e dos trabalhadores brasileiros e contra a ofensiva anti-democrática de criminalização dos movimentos sociais. Tal ataque vem ocorrendo em todo o país para tentar impedir a organização da classe trabalhadora na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, educacionais e culturais.

Como fatos recentes desta ofensiva citamos as ameaças de repressão da Polícia Federal e da Reitoria da UFSC aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina que reivindicam o aumento das bolsas de treinamento, a repressão militar e judicial aos trabalhadores de transporte em luta pela melhoria dos seus salários e condições de trabalho e a criminalização de estudantes e militantes do Movimento Passe Livre na mobilização recente contra os aumentos abusivos das passagens de ônibus concedidos pela Prefeitura de Florianópolis às empresas de transporte urbano.

Na própria Polícia Militar, os trabalhadores se organizaram para conquistar condições dignas de trabalho e propor uma política de segurança pública verdadeiramente voltada para o atendimento das necessidades da população e não para a repressão aos movimentos sociais – herdada do período ditatorial. Porém, as autoridades estaduais da área vêm perseguindo duramente os diretores da APRASC (Associação dos Praças de Santa Catarina), entidade autônoma criada em 2001 por praças em busca da dignidade profissional.

Os processos contra o sargento Amauri Soares, presidente da APRASC, em curso na Justiça Militar Estadual de Santa Catarina, com julgamento marcado para o dia 31 de outubro, constituem-se em ações de repressão política contra a liberdade de organização e expressão que abalam a credibilidade das próprias autoridades responsáveis pela segurança pública em nosso Estado. A origem do processo é a imputação de crime sem sustentação jurídica.

Os atos mencionados contrariam frontalmente a Constituição Federal do Brasil que afirma o direito de organização e livre expressão do pensamento a todos os cidadãos brasileiros.

Conclamamos a todos para apoiar as mobilizações sociais do povo brasileiro pela construção de uma nação livre, soberana, democrática e socialmente justa.

### **Entidades e personalidades:**

Apufsc/SsindAndes, Adessc/SsindAndes, Conlutas, Corrente Comunista Luís Carlos Prestes, CPR, Deputado Dentinho (PT), Gabinete Deputado Estadual Afrânio Boppré (PSOL), Gabinete Deputado Federal Mauro Passos (PT), Gabinete Deputado Vânio dos Santos (PT), Jornalista Roberto Salum, Juventude Avançando, Movimento Passe Livre (MPL), MST/SC, OAB/SC, PSOL, PSTU, PT/Joinville, Seeb, Sinasefe, Sindalesc, SindSaúde, Sintae, Sinte/Fpolis, Sinte/SC, Sintraturb, Sintufsc, Unegro/SC, Vereadora Ângela Albino (PCdoB)